



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS
DEPUTADO ESTADUAL JOÃO LUIZ

PROJETO DE LEI Nº _____/2021

AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL JOÃO LUIZ

ALTERA a Lei Ordinária n. 5.393, de 17 de fevereiro de 2021, que “PROÍBE que as concessionárias de serviços públicos de água e energia elétrica realizem o corte do fornecimento de seus serviços, dos estabelecimentos de serviços considerados essenciais, por falta de pagamento, durante situações de extrema gravidade social, incluindo pandemias”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei Ordinária n. 5.393, de 17 de fevereiro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As concessionárias de serviços públicos de água e energia elétrica, no âmbito do Estado do Amazonas, ficam proibidas de efetuar o corte do fornecimento dos seus serviços dos estabelecimentos de serviços considerados essenciais por falta de pagamento de suas respectivas contas, das unidades que estiverem regulares, enquanto perdurar o estado de emergência decorrente de situações de extrema gravidade social.” (NR)





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS
DEPUTADO ESTADUAL JOÃO LUIZ

Art. 2º Acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º da Lei Ordinária n. 5.393, de 17 de fevereiro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º _____

“Parágrafo único. O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os infratores a multa de 35 (trinta e cinco) salários mínimos vigentes que será revertida ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, não interferindo no direito do consumidor previsto no artigo 2º desta lei.”

Art. 3º Acrescenta o artigo 6º à Lei Ordinária n. 5.393, de 17 de fevereiro de 2021:

“Art. 5º Caberá ao PROCON/AM a fiscalização para o cumprimento das disposições e a aplicação de penalidade de multa prevista no parágrafo único do artigo 1º desta lei, respeitando sempre o princípio do contraditório e ampla defesa no procedimento administrativo.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 29 de março de 2021.


JOÃO LUIZ
 Deputado estadual
REPUBLICANOS





PODER LEGISLATIVO
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
 ESTADO DO AMAZONAS
DEPUTADO ESTADUAL JOÃO LUIZ

JUSTIFICATIVA

O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da Ação Direta de inconstitucionalidade ADI 5961/PR, rel Min. Alexandre Ce Moraes, red. p/ o ac. Min. Marco Aurélio, julgamento em 19.12.2018, considerou constitucional legislação estadual que proíba o corte no fornecimento de água e energia elétrica. Em situações de extrema gravidade social, como é o caso da Pandemia do novo Corona vírus (Covid19) que estamos vivendo atualmente, há efeitos drásticos nas relações comerciais mundiais. Especialistas em contratos comerciais e comércio internacional, explicam que, no âmbito legal, a epidemia do novo Corona vírus (Covid-19) tem impacto direto nas relações comerciais, sejam envolvendo empresas, consumidores ou até entidades da administração. A situação destacada independe de serem relações precedidas de contratos formais negociados e assinados pelas partes, ou não. A Lei Ordinária n. 5.393, de 17 de fevereiro de 2021, que “PROÍBE que as concessionárias de serviços públicos de água e energia elétrica realizem o corte de seus serviços, dos estabelecimentos de serviços considerados essenciais, por falta de pagamento, durante situações de extrema gravidade social, incluindo pandemias”. Que foi sancionada para trazer mais segurança, garantindo a continuidade da prestação dos serviços essenciais.

Porém há a necessidade de adequações para uma maior eficiência e fiscalização. Por isso, apresentamos este Projeto e Lei, que visa alterar e acrescentar artigo com a finalidade de tornar a Lei ainda mais efetiva e eficiente.

São consideradas essenciais as atividades que precisam ser mantidas diante das circunstâncias – como é o caso da atual pandemia. Em outras palavras: são serviços que devem ser garantidos à população.

As relações comerciais estão sendo afetadas de várias formas, e basicamente envolvem a rescisão ou revisão de contratos, o cancelamento de compras, a revisão de prazos de entrega, a imposição de multas ou indenizações por descumprimento. O Ministério da Economia reduziu de 2,4% para 2,1% o crescimento do Produto interno Bruto, soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez
 CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil

 [assembleiaam](http://assembleiaam.org.br) www.aleam.gov.br

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

JOAO LUIZ ALMEIDA DA SILVA - DEPUTADO(A) - 024.913.567-16 EM 30/03/2021 14:26:25

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 2BD4124B00060568 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS
DEPUTADO ESTADUAL JOÃO LUIZ

economia, em 2020. De acordo com o governo, a revisão para baixo está relacionada com os efeitos do novo corona vírus (covid-19) na economia mundial, no Brasil e, consequentemente no Amazonas.

Diante de cenários de crise e grande abalo social, a proibição no corte de fornecimento de água e energia elétrica, dos estabelecimentos de serviços essenciais, por falta de pagamento, justifica-se enquanto perdurar o estado de calamidade. No caso da pandemia do novo Corona vírus (Covid-19), por exemplo, verificam-se os impactos das medidas de prevenção adotadas pelo Governo.

Desta forma, pela relevância do tema para garantir o bom funcionamento das atividades consideradas essenciais, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta propositura.

PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 29 de março de 2021.


JOÃO LUIZ
Deputado estadual
REPUBLICANOS

